

Agroterenas Citrus Ltda.

**Demonstrações financeiras em 31 de
março de 2023**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstração de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas da

Agroterenas Citrus Ltda.

Paraguaçu Paulista - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Agroterenas Citrus Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Agroterenas Citrus Ltda. em 31 de março de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Transação com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações da Empresa é realizada com parte relacionada, conforme descrito na nota explicativa nº 1 e 23 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Exercício anterior auditado por outros auditores

Os balanços patrimoniais, em 31 de março de 2022 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 30 de setembro de 2022, sem modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e,

com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 16 de agosto de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Daniel Marino de Toledo
Contador CRC 1SP249851/O-8

Agroterenas Citrus Ltda.

Balancos patrimoniais em 31 de março 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	12.027	21.261	Fornecedores	15	9.227	5.835
Contas a receber de clientes	9	10.722	3.052	Fornecedores - partes relacionadas	28	20	20
Contas a receber - partes relacionadas	28	3.703	10.993	Empréstimos e financiamentos	16	36.316	22.645
Instrumentos financeiros derivativos	20	968	510	Instrumentos financeiros derivativos	20	408	-
Estoques	10	20.743	31.620	Passivos de arrendamentos	13	7.219	4.313
Ativos biológicos	11	130.821	123.330	Salários e encargos sociais		6.597	4.869
Adiantamentos a fornecedores		112	19	Impostos e taxas		145	107
Tributos a recuperar	12	8.478	6.448	Adiantamento de clientes		2	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	22.a	569	981	Outros valores e obrigações		168	124
Outros valores e direitos		1.419	935				
Total do ativo circulante		189.562	199.149	Total do passivo circulante		60.102	37.913
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	16	63.813	89.306
Contas a receber - partes relacionadas	28	19.908	18.584	Passivos de arrendamentos	13	118.087	31.127
Tributos a recuperar	12	7.512	8.833	Tributos diferidos	22.b	60.242	53.796
Depósitos judiciais	17	2.935	3.047	Provisões para contingências	17	504	514
				Outras provisões	18	10.640	7.800
Total do realizável a longo prazo		30.355	30.464	Total do passivo não circulante		253.286	182.543
Ativos de direito de uso	13	110.107	25.869	Total do passivo		313.388	220.456
Imobilizado	14	178.556	147.658	Patrimônio líquido	19		
Intangível		12	12	Capital social		149.000	149.000
Total do ativo não circulante		319.030	204.003	Reserva de lucros		46.204	33.696
				Total do patrimônio líquido		195.204	182.696
Total do ativo		508.592	403.152	Total do passivo e do patrimônio líquido		508.592	403.152

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agroterenas Citrus Ltda.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receita líquida	23	195.785	139.428
Variação no valor justo	11	(6.438)	(2.413)
Custo dos produtos vendidos	24	<u>(130.954)</u>	<u>(111.792)</u>
Lucro bruto		<u>58.392</u>	<u>25.223</u>
Receitas (despesas) operacionais:			
Despesas com vendas	24	(13.070)	(8.595)
Gerais e administrativas	24	(13.945)	(6.229)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	25	<u>5.813</u>	<u>15.848</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>37.190</u>	<u>26.247</u>
Receitas financeiras	26	1.905	2.754
Despesas financeiras	26	<u>(20.141)</u>	<u>(15.951)</u>
Financeiras líquidas	26	<u>(18.236)</u>	<u>(13.197)</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<u>18.954</u>	<u>13.050</u>
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	22	<u>(6.446)</u>	<u>(4.438)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>12.508</u>	<u>8.612</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agroterenas Citrus Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	12.508	8.612
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultados abrangentes do exercício	<u>12.508</u>	<u>8.612</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agroterenas Citrus Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Legal	Reservas de Lucros		
Saldo em 31 de março de 2021	149.000	3.153	1.096	15.674	-	168.924
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	8.612	8.612
Destinação Resultado:						-
Dividendos mínimos obrigatórios				5.160	-	5.160
Constituição de reservas	-	-	-	8.612	(8.612)	-
Saldo em 31 de março de 2022	149.000	3.153	1.096	29.446	-	182.696
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	12.508	12.508
Destinação do resultado:						-
Constituição de reservas	-	-	-	12.508	(12.508)	-
Saldo em 31 de março de 2023	149.000	3.153	1.096	41.954	-	195.204

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agroterenas Citrus Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa de atividades operacionais:			
Lucro líquido do exercício		12.508	8.612
Ajustes:			
Marcação a mercado de derivativos	20	(50)	(2.087)
Depreciação e amortização	14	13.543	12.183
Resultado da alienação de imobilizado	14	117	55
Juros sobre empréstimos, financiamentos e mútuo	16	14.824	7.359
Realização de AVP - passivos de arrendamentos	13	5.178	8.043
Amortização de ativo biológico	11	81.787	68.984
Variações no ativo biológico - valor justo	11	6.438	2.413
Provisão para contingências	17	(10)	(168)
Provisão para itens obsoletos	10	(191)	320
Outras provisões	18	2.840	(3.388)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	6.446	4.438
Provisão para perda esperada de recebíveis		-	19
Variação no capital circulante líquido			
Contas a receber		(5.942)	3.962
Partes relacionadas		5.966	9.139
Estoques		11.068	(17.617)
Tributos a recuperar		(298)	(6.164)
Outros valores e direitos		(483)	104
Depósitos judiciais e provisão para contingência		112	454
Fornecedores		3.392	(235)
Adiantamento a Fornecedores		(93)	958
Salários e encargos sociais		1.728	270
Impostos e taxas a recolher		38	69
Adiantamentos de clientes		2	(101)
Outros valores e obrigações		39	50
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	16	(19.326)	(5.537)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		139.634	92.135
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Valor recebido pela venda de imobilizado		(1.728)	(538)
Aquisição de ativo imobilizado	14	(31.379)	(33.278)
Ativo biológico - tratamentos culturais	11	(108.441)	(81.787)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimentos		(141.548)	(115.604)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos e financiamentos	16	3.000	32.999
Amortização de empréstimos e financiamentos	16	(10.320)	(18.413)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos		(7.320)	14.586
(REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDO		(9.234)	(8.882)
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício		21.261	30.143
Caixa e equivalentes de caixa - no fim do exercício		12.027	21.261
(REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDO		(9.234)	(8.882)
Itens que não afetam o caixa			
Transferência amortização direito de uso para planta portadora - Imobilizado		13.180	616

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

Agroterenas Citrus Ltda (a “Empresa” ou “Citrus”), tem sede no município de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo, dedica-se a produção de laranja e limão mediante a exploração agrícola em terras próprias ou de terceiros.

Em 14 de dezembro de 2021 a Empresa teve sua transformação de sociedade anônima capital fechado para sociedade empresária limitada, passando ser disciplinada pelo código civil (lei nº 10.406/2002 e, supletivamente pela lei das S.A. No mesmo ato societário foi aprovado o ingresso de dois sócios minoritários, sendo André Rezende Barbosa e Pedro Rezende Barbosa, além dos sócios já existentes José Eugenio de Rezende Barbosa Sobrinho e a sócia majoritária Agroterenas S.A. Administração e Participações.

A Empresa foi fornecedora de laranja para a Agroterenas Industrial Citrus Ltda, correspondendo a 30,8% da receita bruta, mantendo elevado grau de dependência desta parte relacionada.

A Empresa é parte integrante do Grupo Agroterenas ("Grupo Agroterenas" ou "Grupo") que é composto pelas seguintes empresas:

- Agroterenas S.A. Administração e Participações (“Agroterenas Participações”), empresa controladora do grupo, onde são consolidadas as demais empresas;
- Agroterenas Terras Ltda ("Terras");
- Agroterenas S.A. Cana (“Cana”);
- Agroterenas Industrial Citrus Ltda ("Industrial Citrus"); e
- Agroterenas International E.C. (“International”).

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 16 de agosto de 2023. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Empresa, estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativa e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 13** – o prazo dos arrendamentos foi mensurado de acordo com as validades dos seus contratos, sem certeza de exercer opção de prorrogação.

b. Incerteza sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 11: Ativos biológicos

O valor justo do ativo biológico da Empresa representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para este ativo, que é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados

Nota explicativa nº 14: Revisão da vida útil do imobilizado

Para os ativos com vida útil definida é revisada no fechamento de cada exercício social a vida útil econômica remanescente do ativo. Já para os ativos com vida útil econômica indefinida é realizado no fechamento do exercício social o teste de recuperabilidade de ativos e as perdas por teste de recuperabilidade são reconhecidas se, e somente se, o valor recuperável do ativo for menor do que o valor contábil.

Nota explicativa nº 17: Provisões para contingências

A Empresa é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico e a avaliação dos advogados externos.

Nota explicativa nº 13: Passivo de arrendamentos

A Empresa possui contratos firmados com parceiros agrícolas referente a áreas rurais exploradas em regime de parceria agrícola para o cultivo de laranja e que obedecem ao disposto no Estatuto da Terra, os quais passaram a ser contabilizados em conformidade com o conceito da norma contábil CPC 06 (R2).

c. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluída na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa nº 11** - Ativo biológico; e
- **Nota explicativa nº 20** – Instrumentos financeiros

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo; e
- Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda.

6 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Empresa pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

(ii) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

b. Receita de contrato com cliente

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. A Empresa reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A Empresa baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(i) Venda de produtos

As receitas de vendas são reconhecidas na demonstração do resultado quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o cliente, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos. A entrega ocorre quando os produtos são enviados para o local especificado, os riscos de perda são transferidos para o cliente, o cliente aceita os produtos, de acordo com o contrato de venda, e as disposições de aceite tenham prescritos ou a Empresa tenha evidências objetivas de que todos os critérios de aceite das mercadorias foram atendidos. Uma receita não é reconhecida se há incerteza quanto à sua realização.

Um recebível é reconhecido quando os produtos são entregues, uma vez que é nessa ocasião que a contraprestação se torna incondicional, porque apenas a passagem do tempo é necessária antes de o pagamento ser efetuado.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de performance em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de produto	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de performance, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Produto acabado	Os clientes obtêm controle da laranja mediante a entrega nas suas respectivas unidades industriais.	A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações.

c. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

d. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Empresa compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; e
- Instrumentos de *hedge* reconhecida no resultado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação ilimitada de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios

anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

Para um arrendamento específico, as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento são consideradas pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de sua subsidiária individualmente.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Empresa espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edifícios	4%
Máquinas e acessórios	10%
Móveis e equipamentos	10%
Máquinas e implementos	11%
Veículos	16%
Informática	20%
Pastagens	10%
Lavouras	6%
Outras	10%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Empresa;

Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.,

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos

financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando:

Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou

Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:

- Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- A Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Reforma da taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Empresa atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- A mudança é necessária como consequência direta da reforma; e

- A nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente a base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) *Instrumentos financeiros derivativos*

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Empresa mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

i. *Capital social*

Quotas

As quotas do capital social são classificadas como patrimônio líquido.

j. *Redução ao valor recuperável (Impairment)*

(vi) *Ativos financeiros não-derivativos*

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA.

A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (forward-looking).

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui problemas de “recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;

- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Empresa adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Empresa faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

(vii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Empresa revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos

demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l. Arrendamentos

No início de um contrato, a Empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Empresa optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Empresa reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Empresa. Geralmente, a Empresa usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Empresa determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente medidos utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Empresa alterar sua avaliação se exercera uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A partir de 1 de janeiro de 2021, a medida em que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento muda conforme exigido pela reforma da taxa de juros de referência, a Empresa reavalia o passivo do arrendamento descontando os pagamentos do arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança para uma taxa de juros de referência alternativa.

A Empresa apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Empresa optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Empresa reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022 (no caso da Empresa em 1º de abril de 2022) A Empresa não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26)

As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro

de 2023 (1º de abril de 2023).

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 (1º de abril de 2024).

Devido esta norma estar sujeita à desenvolvimentos futuros, a Empresa não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial.

A Empresa está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.

b. Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023 (1º abril de 2023). Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componente do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

c. Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa:

- CPC 50 Contratos de Seguros;
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26). Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23);
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 31 de março de 2022 (alteração ao CPC 06);
- Revisão anual das normas IFRS 2018–2020;
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27); e
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).

8 Caixa e equivalentes de caixa

<u>Modalidade</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa e bancos	76	43
CDB – Certificados de Depósitos Bancários, Letras Financeiras e Compromissadas (i)	11.951	21.218
	<u>12.027</u>	<u>21.261</u>

- (i) Aplicações financeiras remuneradas por Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com liquidez abaixo de 90 dias e sem risco de alteração significativa de valor. As compromissadas e CDB – Certificados de Depósitos Bancários são classificados como ao custo amortizado estão sujeitos a taxas de juros de 95,11 % (101,86 % em 31 de março de 2022). A Empresa pode resgatar imediatamente essas aplicações sem ônus ou restrição.

As informações sobre a exposição da Empresa a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa 20.

9 Contas a receber de clientes

A Empresa possui contas a receber, com vencimentos inferiores a três meses e seu valor justo se aproxima do valor contábil nas datas apresentadas.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil do contas a receber. A Empresa não mantém nenhum título como garantia.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Contas a receber – mercado interno	<u>10.722</u>	<u>3.052</u>

A administração da Empresa avaliou e não identificou a necessidade de complementar a provisão para perdas esperadas, portanto permaneceu em 31 de março de 2023 o valor de R\$ 19 (R\$ 19 em 2022).

Riscos de crédito e de mercado, e perdas por redução ao valor recuperável

A exposição da Empresa a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao ‘Contas a receber de clientes’, está divulgada na nota explicativa 20.

10 Estoques

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Insumos e embalagens	17.013	28.376
Materiais diversos - peças e outros	2.884	2.548
Combustíveis e lubrificantes	<u>846</u>	<u>696</u>
	<u>20.743</u>	<u>31.620</u>

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excedem ao valor de realização.

Em 31 de março de 2023, realizamos uma provisão para perdas nos estoques no valor total de R\$ 191 (R\$ 320 em 2022), sendo que R\$ 130 (R\$ 197 em 2022) é relativo aos insumos e embalagens e R\$ 61 (R\$ 123 em 2022) é relativo aos materiais diversos – peças e outros.

Movimentação das provisões para perda nos estoques:

	Provisão para perdas
Saldo em 31 de março de 2021	(63)
Adições	(320)
Baixas	63
Saldo em 31 de março de 2022	(320)
Adições	(191)
Baixas	320
Saldo em 31 de março de 2023	(191)

11 Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Empresa compreendem o cultivo e plantio de laranja e limão para abastecimento de matéria-prima na produção de suco concentrado da parte relacionada Industrial Citrus, indústrias de terceiros e mercado spot. Em 31 de março de 2023, a Empresa possui, entre áreas de terras próprias e arrendadas em produção (fruto na árvore), 6.251 hectares (2022 - 6.056 hectares).

O cultivo de laranja é iniciado pelo plantio em terras próprias ou de terceiros e a primeira colheita ocorre após um período médio de 4 anos do plantio. Após o período de plantio, o pomar produz frutos, em média, por mais 16 anos/safras.

Os custos estimados para esse tipo de cultura contemplam: (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da laranja (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com colheita e transporte; (iii) custos de capital (equivalentes a arrendamento de terras e de máquinas e equipamentos); e (iv) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (fruto na árvore) produzidos nos pomares (planta de produção), que serão utilizados como matéria-prima na produção de suco concentrado e/ou venda no mercado de mesa no momento da sua colheita.

As plantas de produção são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

Para a laranja, as principais premissas adotadas pela empresa na elaboração do cálculo do valor justo:

- O volume de produção de laranja a ser colhida (produtividade), medida em caixas, estimados considerando a produtividade média projetada por idade.
- Os preços de venda são determinados com base nos contratos que a empresa possui com terceiros.
- A produtividade é calculada por caixa de laranja por hectare, sendo que cada idade possui uma especificidade em relação a solo, material genético, clima etc.
- A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado do Grupo, o qual é revisado anualmente pela administração.

A movimentação do saldo de ativos biológicos nos exercícios findos em 31 de março de 2023 e de 2022, está abaixo demonstrado:

	Laranja
Saldo em 1º de abril de 2021	113.986
Acréscimo tratos culturais	81.787
(-) Amortização tratos	(70.030)
(-) Amortização valor justo	(45.003)
(+) Valor justo - parcerias agrícolas	1.046
(+) Ajuste a valor justo	41.544
Saldo em 31 de março de 2022	123.330
Acréscimo tratos culturais	108.441
(-) Amortização tratos	(94.512)
(-) Amortização valor justo	(41.543)
(+) Valor justo - parcerias agrícolas	12.725
(+) Ajuste a valor justo	22.380
Saldo em 31 de março de 2023	130.821

	2023	2022
(-) Amortização valor justo	(41.543)	(45.003)
(+) Valor justo - parcerias agrícolas	12.725	1.046
(+) Ajuste a valor justo	22.380	41.544
	(6.438)	(2.413)

12 Tributos a recuperar

	2023	2022
ICMS (i)	15.632	11.646
IRRF	46	47
INSS	151	151
COFINS e PIS (ii)	161	3.437
	15.990	15.281
 Circulante	 8.478	 6.448
 Não circulante	 7.512	 8.833

(i) Refere-se a crédito de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"), oriundo das entradas de insumos e combustíveis, acumulado devido ao diferimento na venda da laranja. A Empresa tem adotado a Portaria CAT 83/2009, para aproveitamento de tais créditos, que ao serem analisados e deferidos pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, estes poderão ser utilizados para aquisição de ativo imobilizado, compra de insumos agrícolas ou venda dos referidos créditos. O saldo de ICMS apresentado reflete o montante que a Empresa espera realizar no curso normal de suas operações sem a ocorrência de perdas.

(ii) Em linha com novas jurisprudências e posicionamentos dos órgãos reguladores quanto a definição de insumo na legislação brasileira, a Empresa com apoio de seus assessores jurídicos externos procedeu a avaliação dos créditos de Pis e Cofins não tomados no passado relacionamos a tais insumos. Após avaliação com ajuste de suas obrigações acessórias, procedeu ao reconhecimento de crédito extemporâneo no montante de R\$ 3.608.

Os tributos a recuperar foram classificados entre circulante e não circulante em função da expectativa de realização desses tributos pela administração da Empresa, mediante a compensação com futuros débitos desses tributos.

Pelo fato dos créditos classificados no não circulante demandarem de tempo de análise dos órgãos públicos competentes e estes não divulgarem tempo previsto para reconhecimento deles, a Empresa não realiza uma abertura da expectativa de realização deste montante ao longo dos anos.

13 Direito de uso e Passivo de arrendamentos

(i) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial

Os quadros abaixo apresentam os efeitos patrimoniais e suas movimentações:

O saldo de Ativo de direito de uso, é composto por:

	<u>Terras</u>
Saldo em 31 de março de 2021	31.093
Adições e/ou remensurações	2.483
Amortizações	(7.707)
Saldo em 31 de março de 2022	25.869
Adições e/ou remensurações	92.758
Amortizações	(8.520)
Saldo em 31 de março de 2023	<u>110.107</u>

O saldo de passivo de arrendamento, é composto por:

	<u>Terras</u>
Saldo em 31 de março de 2021	32.350
Adições e/ou remensurações	2.483
AVP realizado	8.745
Amortizações	(8.138)
Saldo em 31 de março de 2022	35.440
Adições e/ou remensurações	92.758
AVP realizado	13.180
Amortizações	(16.072)
Saldo em 31 de março de 2023	<u>125.306</u>
Circulante	7.219
Não circulante	<u>118.087</u>

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo passivo de arrendamento	205.657	70.277
(-) Ajuste a valor presente	(80.351)	(34.837)
	<u>125.306</u>	<u>35.440</u>

O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo da provisão com arrendamentos segue abaixo:

Até março de:	2023	2022
2024	-	3.457
2025	9.233	2.326
2026	9.233	2.326
2027	9.378	2.264
Após 2027	90.243	20.754
	<u>118.087</u>	<u>31.127</u>

(ii) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado

A demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Valor justo - variações no ativo biológico entregue ao parceiro (Nota 11)	<u>12.725</u>	<u>1.046</u>
Realização com AVP (encargos financeiros - Nota 26)	<u>(5.178)</u>	<u>(8.043)</u>
	<u>7.547</u>	<u>(6.997)</u>

14 Ativo Imobilizado

<u>Custo</u>	<u>Edifícios</u>	<u>Máquinas e Acessórios</u>	<u>Máquinas e implementos</u>	<u>Veículos</u>	<u>Móveis e equipamentos</u>	<u>Informática</u>	<u>Pastagens</u>	<u>Outras</u>	<u>Lavouras</u>	<u>Imobilizações andamentos</u>	<u>Total</u>
Em 31 de março de 2021	4.921	4.002	21.845	10.752	1.773	932	3.345	6.441	162.143	985	217.139
Aquisições	-	638	4.471	3.690	47	1.279	-	16	23.686	769	34.596
Baixas	-	(27)	(277)	(665)	-	-	-	-	-	-	(969)
Transferência	-	-	-	-	-	-	254	710	-	(964)	-
Em 31 de março de 2022	4.921	4.613	26.039	13.777	1.820	2.211	3.599	7.168	185.829	790	250.767
Aquisições	-	368	2.064	826	239	142	-	5	38.183	2.732	44.559
Baixas	-	(3)	(1.059)	(545)	-	(10)	-	-	-	-	(1.617)
Transferência	1.094	-	-	-	-	16	-	1.017	-	(2.128)	-
Em 31 de março de 2023	6.015	4.978	27.044	14.058	2.059	2.359	3.599	8.190	224.012	1.394	293.709
<u>Depreciação</u>											
Em 31 de março de 2021	(3.715)	(3.092)	(3.293)	(5.249)	(1.413)	(670)	(3.345)	(3.973)	(67.091)		(91.840)
Adições	(162)	(237)	(2.357)	(965)	(82)	(114)	-	(417)	(7.849)		(12.183)
Baixas	-	2	277	635	-	-	-	-	-		914
Em 31 de março de 2022	(3.877)	(3.327)	(5.373)	(5.579)	(1.495)	(784)	(3.345)	(4.390)	(74.940)		(103.109)
Adições	(140)	(265)	(2.904)	(1.317)	(88)	(283)	(25)	(469)	(8.052)		(13.543)
Baixas	-	-	963	528	-	8	-	-	-		1.500
Em 31 de março de 2023	(4.017)	(3.592)	(7.313)	(6.367)	(1.583)	(1.059)	(3.370)	(4.859)	(82.992)	-	(115.152)
Saldo líquido em 31 de março de 2022	1.044	1.286	20.666	8.198	325	1.427	254	2.778	110.889	790	147.658
Saldo líquido em 31 de março de 2023	1.998	1.386	19.731	7.691	476	1.300	229	3.331	141.020	1.394	178.556

Em 2023 e 2022, as imobilizações em andamentos referem-se a obras de benfeitorias agrícolas e formação de florestas.

A vida útil dos ativos imobilizados da Empresa, objeto de cálculo da depreciação reconhecida no resultado do exercício, encontra-se revisada em consonância com o pronunciamento técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado.

Análise do valor recuperável dos ativos

Durante o exercício encerrado em 31 de março de 2023, a Empresa não identificou indicadores de que seus ativos possam estar registrados por um valor maior que o seu valor recuperável.

Bens dados em garantia

Em 31 de março de 2023, aproximadamente R\$ 1.223 (R\$ 1.712 em 31 de março de 2022) de bens do ativo imobilizado encontravam-se gravados em garantia, e são representados em sua grande maioria por máquinas agrícolas e veículos.

15 Fornecedores

	2023	2022
Fornecedores	9.227	5.835

Referem-se, substancialmente, a títulos a pagar para fornecedores, pelas compras de insumos e materiais utilizados para produção agrícola.

A exposição da Empresa para os riscos de moeda e de crédito relacionados a fornecedores está divulgada na nota explicativa nº 20.

16 Empréstimos e Financiamentos

a) Composição dos empréstimos e financiamentos

A composição dos empréstimos e financiamentos, todos em moeda nacional, é a seguinte:

Modalidade	Indexador	Taxa de juros ao ano	Vencimento final	2023	2022
BNDES Finame	Pré	9,50%	mai/25	1.223	1.711
CPR-F	CDI	CDI + 1,94%	mar/27	60.655	75.823
NCE	CDI	CDI + 1,96%	abr/24	816	1.151
Crédito Rural	Pré	5,50%	out/22	-	3.055
Crédito Rural	Pré	12,00%	dez/23	3.106	-
Crédito Rural	CDI	CDI + 1,50%	fev/27	34.329	30.211
				100.129	111.951
		Circulante		36.316	22.645
		Não circulante		63.813	89.306

b) Termos e cronograma de amortização da dívida

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição por vencimentos:

	2023	2022
2023	-	25.493
2024	21.910	21.910
2025	21.070	21.070
2026	20.833	20.833
	63.813	89.306

Dentre as garantias oferecidas para operações de empréstimos e financiamentos, estão: aval, cessão fiduciária de direitos creditórios e alienação de máquinas e equipamentos.

a) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Empréstimos bancários
Dívida líquida em 31 de março 2021	95.543
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	
Obtenção de empréstimos	32.999
Pagamento de empréstimos	(18.413)
Pagamento de juros sobre empréstimos	(5.537)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	
Juros sobre empréstimos	7.359
	111.951
Dívida líquida em 31 de março 2022	
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	
Obtenção de empréstimos	3.000
Pagamento de empréstimos	(10.320)
Pagamento de juros sobre empréstimos	(19.326)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	
Juros sobre empréstimos	14.824
	100.129
Dívida líquida em 31 de março 2023	100.129

c) “Covenants” financeiros contratuais e não financeiros

Em 31 de março de 2023 e 2022, a Empresa não possuía contratos de empréstimos ou financiamentos sujeitos a vencimentos antecipados em decorrência de cláusulas de “covenants” financeiro, somente covenants não financeiros.

17 Provisão para contingências

A Empresa é parte em processos administrativos e judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza trabalhista, tributária, ambiental e cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada.

Em 2023, as provisões para contingências prováveis estavam reconhecidas no montante de R\$ 504 (R\$ 514 em 31 de março de 2022). A composição da provisão para contingências encontra-se detalhada abaixo:

	<u>2022</u>	<u>Baixas</u>	<u>Atualização</u>	<u>2023</u>
Contingências				
Cíveis (a)	1	-	-	1
Trabalhistas (b)	513	-	(10)	503
	514	-	(10)	504
Depósitos judiciais (c)	3.047	112	-	2.935

- (a) Cíveis
Referem-se a ações e procedimentos cíveis, referentes a pedido de indenização.
- (b) Trabalhista
Referem-se a reclamações trabalhistas movidas por ex-colaboradores e terceiros.
- (c) Depósitos judiciais
Os depósitos judiciais representam ativos restritos da Empresa, são relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas.

Perdas possíveis

Em 31 de março de 2023 e 2022 existem processos judiciais trabalhistas, tributários e cíveis, contra a Empresa cuja probabilidade de perda é considerada possível. As ações avaliadas pelos assessores jurídicos como de risco possível totalizaram R\$ 6.045 em 2023 (2022 – R\$ 6.619), sendo R\$ 5.903 relativo a reclamações trabalhistas (2022 – R\$ 6.560) e R\$ 41 de reclamações tributárias (2022 – R\$ 36). E tem R\$ 101 relativos a reclamações cíveis (R\$ 23 em 2022).

Podem existir obrigações eventuais gerais, relativas às questões tributárias do exercício, ou exercícios anteriores (últimos cinco anos), uma vez que não é possível conseguir aceitação final e definitiva desses itens no Brasil.

Adicionalmente, as leis fiscais em geral são, sob certos aspectos, vagas e suscetíveis de sofrerem modificações imprevistas em sua interpretação. Também podem existir obrigações de naturezas trabalhista ou cível que, no presente momento, não são conhecidas pela administração da Empresa. Entretanto, com base na opinião de seus consultores legais, a administração da Empresa é de opinião que todos os tributos e demais obrigações assumidas têm sido pagas ou provisionadas adequadamente e, em 31 de março de 2023, não eram conhecidas ações formalizadas contra a Empresa que implicassem a constituição de provisão para cobrir eventuais perdas.

18 Outras provisões

Outras provisões	<u>2022</u>	<u>Atualização</u>	<u>2023</u>
Custo de remediação	7.800	2.840	10.640

Provisão referente ao custo futuro da transformação de áreas de pomar de laranja para entrega ao proprietário ao final do ciclo em condições de pastagem, conforme obrigação assumida entre as partes através de contratos de parceria agrícola.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social totalmente integralizado é representado por 149.000.0000 quotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

A composição de sócios da Empresa está apresentada a seguir:

Sócios	<u>Nº de quotas</u>	<u>Valor R\$</u>
Agroterenas S/A Administração e Participações	148.999.992	149.000
José Eugênio de Rezende Barbosa Sobrinho	6	-
André Rezende Barbosa	1	-
Pedro Rezende Barbosa	1	-
Total:	<u>149.000.000</u>	<u>149.000</u>

b. Reserva de lucros

A destinação do saldo da reserva de lucros será definida em Assembleia Geral Ordinária.

20 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Ativo	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	8	12.027	21.261
Contas a receber de clientes	9	10.722	3.052
Partes relacionadas	28	23.611	29.577
Outros valores e direitos		<u>1.419</u>	<u>935</u>
		<u>47.779</u>	<u>54.825</u>
Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	20	<u>968</u>	<u>510</u>
		<u>48.747</u>	<u>55.335</u>
Passivo		<u>2023</u>	<u>2022</u>
Custo amortizado			
Fornecedores	15	9.227	5.835
Partes relacionadas	28	20	20
Empréstimos e financiamentos	16	100.129	111.951
Passivos de arrendamentos	13	125.306	35.540
Outros valores e obrigações		<u>168</u>	<u>124</u>
		<u>234.850</u>	<u>153.370</u>
Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	20	<u>408</u>	<u>-</u>
		<u>235.258</u>	<u>153.370</u>

Valor justo dos passivos bancários

O valor justo dos empréstimos e financiamentos se equipara ao valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada em taxas de mercado para operações similares firmadas ou cotadas em data próxima do encerramento do exercício.

b. Mensuração do valor justo

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de justo:

Os valores contábeis do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores possuem o valor contábil que se aproximam do valor justo.

Instrumentos financeiros derivativos são mensurados a valor justo utilizando técnica de avaliação de fluxo de caixa descontado que considera certas premissas, tais como, taxa de câmbio futura e preço futuro das operações de açúcar, descontado a valor presente pelas taxas de mercado divulgadas por fontes externas (BM&FBovespa), pelo prazo a decorrer.

Em nenhum ano a Empresa efetuou transferências entre níveis de classificação dos instrumentos financeiros.

c. Gerenciamento de risco financeiro

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa para cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento de capital da Empresa.

d. Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho Consultivo é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Empresa e os gestores de cada área se reportam regularmente ao Conselho sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites.

As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa. A Empresa, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetivam desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e suas obrigações.

Risco de crédito

O risco de crédito da Empresa é de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, caso ocorra falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentados abaixo.

Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

		2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa <i>nota n.8</i>	Bancos diversos	76	43
Aplicações financeiras <i>nota n. 8</i>	Bancos diversos	11.951	21.218
Instrumentos financeiros derivativos <i>nota n. 20</i>	Bancos diversos	968	510
Outros Créditos	Diversos	1.419	935
Contas a receber clientes <i>nota n. 9</i>	Diversos	10.722	3.052
Partes relacionadas <i>nota n 28</i>	Diversos	23.611	29.577
		48.747	55.335
Circulante		48.747	55.335

Perdas por redução no valor recuperável

A composição por vencimento dos recebíveis de clientes registrados no ativo circulante, na data das demonstrações financeiras para os quais não foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável, era a seguinte:

	2023	2022
A vencer	5.303	2.999
Vencidas:		
Até 6 meses	2.089	46
De 6 meses a 1 ano	3.330	-
Acima de 1 ano	-	7
	10.722	3.052

A Empresa reconhece uma provisão para perda de créditos esperadas quando transcorridos 180 dias do vencimento ou se houver certeza razoável de que o crédito não poderá ser recebido.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Este risco está 100% gerenciado pela Empresa, que assume uma abordagem na administração de liquidez, garantindo que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Empresa.

A previsão do fluxo de caixa da Empresa monitora continuamente a liquidez. Essa previsão considera os planos de financiamento de dívida da Empresa e o cumprimento de suas metas.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	2023	2022
Fornecedores de serviços e diversos	9.227	5.835
Partes relacionadas – nota n. 28	20	20
Empréstimos e financiamentos – nota n.16	100.129	111.951
Passivos de arrendamentos – nota n. 13	125.306	35.440
Instrumentos financeiros derivativos – nota n. 20	408	-
Outras contas a pagar	168	124
	<u>235.258</u>	<u>153.370</u>
Circulante	53.358	32.937
Não circulante	181.900	120.433

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação.

	Valor Contábil	Valor Contratual	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de março de 2023					
Fornecedores de serviços e diversos	9.227	9.227	9.227	-	-
Empréstimos e financiamentos	100.129	130.480	47.951	31.276	51.253
Passivo de arrendamentos	125.306	196.422	7.219	14.138	175.066
Instrumentos Financeiros Derivativos	408	1.114	1.114	-	-
Em 31 de março de 2022					
Fornecedores de serviços e diversos	5.835	5.835	5.835	-	-
Empréstimos e financiamentos	111.951	151.978	29.319	41.960	80.699
Passivo de arrendamentos	35.440	64.293	4.313	8.064	51.915

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Empresa, possam ser liquidados significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco proveniente de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, tem no resultado da Empresa ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Empresa era:

	2023	2022
Ativos financeiros		
Bancos conta movimento, nota n. 8	60	32
Aplicações financeiras, nota n. 8	11.951	21.218
Instrumentos financeiros derivativos, nota n. 20	968	510
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos, nota n. 16	100.129	111.951
Instrumentos financeiros derivativos, nota n. 20	408	-

A taxa esperada para o CDI é de 13,65%, TJLP é de 7,37%, IPCA é de 5,96%, SELIC é de 13,75%, TLP é de 6,15% e LIBOR 6M é de 5,29% (Fontes: Banco Central e BNDES).

Risco cambial

As operações da Empresa estão expostas ao risco de variação cambial oriundo de ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, notadamente o dólar estadunidense.

A política de gestão de risco cambial estabelece limites para a exposição ao risco cambial e, de acordo com essa política. A Empresa deve contratar instrumentos financeiros que protejam a posição em dólar das suas operações.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros consiste na possibilidade da Empresa incorrer em perdas devido às flutuações nas taxas de juros. Visando a mitigação deste tipo de risco, a Empresa busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas e pós fixadas.

Na data das demonstrações financeiras o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Empresa era:

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

As operações estão atreladas a variação da taxa de juros pós-fixada CDI – Certificado de Depósito Interbancário. Para efeito de análise de sensibilidade, A Empresa adotou a taxa vigente no último dia da apuração das demonstrações financeiras para o Cenário I. Para o Cenário II aplicou-se o incremento e a deterioração em 25% e para o Cenário III em 50%, somente na parcela variável (CDI) das taxas contratadas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+ 50%)
CDI	13,65%	17,06%	20,48%
Juros a incorrer – Empréstimos	(7.676)	(9.595)	(11.514)
Receita de aplicações financeiras	151	189	226
Juros a incorrer CDI líquido	(7.525)	(9.406)	(11.287)
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (- 25%)	Cenário III (- 50%)
CDI	13,65%	10,24%	6,83%
Juros a incorrer – Empréstimos	(7.676)	(5.757)	(3.838)
Receita de aplicações financeiras	151	113	75,5
Juros a incorrer CDI líquido	(7.525)	(5.644)	(3.762,5)

e. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de março de 2023, a Empresa possui no passivo R\$ 408 (2022 – R\$ 0) e no ativo R\$ 968 (2022 – R\$ 510) referente à contratos de “NDF” de dólar e “Swap” de taxa de juros, que são reconhecidos pelo valor justo.

A composição dos instrumentos financeiros derivativos da Empresa, todos em moeda nacional, é a seguinte:

Descrição	2023		2022
	De 6 a 12 meses	Total	Total
<i>Mercado a termo – NDF</i>			
Ponta Passiva	-	-	-
Ponta Ativa	968	968	510
Valor justo	968	968	510
<i>Mercado a termo – Swaps</i>			
Ponta Passiva	(408)	(408)	-
Ponta Ativa	-	-	-
Valor justo	(408)	(408)	-
Total	560	560	510
	Ativo circulante	968	510
	Passivo circulante	(408)	-

21 Gestão de capital

O objetivo da Empresa ao administrar seu capital é garantir o crescimento contínuo do negócio balizado em uma estrutura adequada de capital, tendo como política o acompanhamento dos índices de alavancagem financeira, do Grupo Agroterenas em nível consolidado.

Estes índices correspondem à Dívida líquida pelo EBITDA, a dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. Também avaliamos o índice da Dívida Bruta pelo Patrimônio Líquido e pelo Ativo Total. Todas essas informações estão demonstradas no balanço patrimonial.

22 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

a. Ativos fiscais correntes

Abaixo estão demonstrados os saldos de ativos fiscais correntes antecipados na data base:

	2023	2022
IRPJ – Imposto de renda da pessoa Jurídica – Corrente	566	978
CSLL – Contribuição sobre o lucro líquido – Corrente	3	3
	569	981

b. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativos(Passivo)		Resultado	
	2023	2022	2023	2022
Prejuízo fiscal (IR) e base negativa (CS)	139	2.873	(2.734)	(19)
Provisão para contingências	172	174	(3)	20
Provisão arrendamentos	72	2.638	(2.566)	2.380
Outras diferenças temporárias	(1.407)	(50)	(1.359)	(1.460)
Ativo biológico	(8.338)	(14.642)	6.304	894
Ajuste de avaliação da vida útil	(4.943)	(4.733)	(211)	(324)
Depreciação incentivada a realizar (i)	(45.936)	(40.057)	(5.878)	(5.930)
	(60.242)	(53.796)	(6.446)	(4.438)

- (i) Oriundos do benefício da depreciação acelerada incentivada para empresas agrícolas. São realizados substancialmente em função da depreciação e baixa dos ativos imobilizados e ativo biológico.

c. Reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social:

	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	18.954	13.050
Alíquota nominal	34%	34%
	(6.444)	(4.437)
Reconciliação para a taxa efetiva:		
Outras	(2)	(1)
Imposto de renda e contribuição social no resultado – diferidos	(6.446)	(4.438)
Alíquota efetiva	34%	34%

23 Receita líquida

Veja a políticas contábeis nas notas 6 (b).

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2023	2022
Receita operacional bruta:		
Venda de laranja e limões	199.934	142.440
Impostos	(4.149)	(3.011)
Receita líquida de vendas	195.785	139.429

A Empresa foi fornecedora de laranja para a Agroterenas Industrial Citrus Ltda, correspondendo a 30,8% da receita bruta.

24 Custos e Despesas por natureza

A Empresa apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é como segue:

	2023	2022
Material de uso e consumo	(36.992)	(27.222)
Despesas e custos com remunerações	(51.797)	(44.499)
Participação dos funcionários	(1.535)	(1.613)
Despesas e custos com serviços e manutenções	(21.895)	(17.948)
Despesas com materiais e insumos	(30.823)	(23.701)
Despesas com impostos e taxas	(1.189)	(885)
Depreciação e amortização	(13.542)	(12.312)
Despesas e custos com serviços sociais e benefícios	(14.387)	(12.390)
Honorários advocatícios	(33)	(12)
Outros	14.224	13.966
	(157.969)	(126.616)
Classificados como:		
Custo dos produtos vendidos	(130.954)	(111.792)
Gerais e administrativas	(13.945)	(6.229)
Despesa com venda	(13.070)	(8.595)
	(157.969)	(126.616)

25 Outras receitas e despesas operacionais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Venda de materiais diversos	383	152
Ganho e/ou perda sobre baixa de imobilizado	1.687	597
Provisão de recebimentos de aluguéis	179	156
Impostos sobre outras receitas	(52)	(41)
Créditos extemporâneos (nota explicativa nº 12)	3.608	14.951
Outras receitas	<u>9</u>	<u>32</u>
	<u>5.813</u>	<u>15.848</u>
Classificado como:		
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	<u>5.813</u>	<u>15.848</u>
	<u>5.813</u>	<u>15.848</u>

26 Resultado financeiro líquido

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas financeiras:		
Juros sobre aplicações financeiras	880	754
Resultados com instrumentos financeiros derivativos, líquido	827	1.964
Outros	<u>198</u>	<u>36</u>
	<u>1.905</u>	<u>2.754</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(14.823)	(7.365)
Realização do AVP – passivos de arrendamentos	(5.178)	(8.043)
Outros	<u>(140)</u>	<u>(543)</u>
	<u>(20.141)</u>	<u>(15.951)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(18.236)</u>	<u>(13.197)</u>

27 Compromissos firmes

Contratos de venda para entrega futura

A Empresa possui o seguinte compromisso:

- (i) Fornecimento para a Citrosuco até o término da safra 2023/2024, correspondentes a, aproximadamente, 2 milhões de caixas (2 milhões na safra 2022/2023) de laranja.

28 Partes relacionadas

(i) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos principais administradores, que compreendem empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Empresa, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, cujo montante destinado e reconhecido contabilmente como despesa na safra foi de R\$ 612 (R\$ 648 em 31 de março de 2022). A Empresa não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em participações societárias.

(ii) Transações com partes relacionadas

					2023	2022
	Quotistas (*)	Agroterenas S/A Cana	Agroterenas S/A Administração e Participações	Agroterenas Industrial Citrus Ltda.	Total	Total
Ativo						
Circulante						
Contas a receber (i)	-	174	-	3.529	3.703	10.993
Não circulante						
Contas a receber (i)	3.032	10.305	-	6.571	19.908	18.584
Passivo						
Circulante						
Outros valores	-	20	-	-	20	20
Transações						
Receita de venda de produtos e serviços	3.032	-	-	61.513	64.545	45.009
Remuneração da administração (ii)	-	-	612	-	612	648

(*) São saldos com o acionista José Eugênio de Rezende Barbosa Sobrinho.

As partes relacionadas da Empresa são compostas pelos acionistas: José Eugênio de Rezende Barbosa Sobrinho e Agroterenas S/A Administração e Participações (controladora), e na administração estão os diretores Cláudio Massayuki Takao, João Guilherme Domingues Iglezias e Ezequiel Castilho.

- (i) Os saldos de contas a receber e contas a pagar entre as partes relacionadas referem-se substancialmente a venda de produtos precificados com base em condições de contrato entre as partes e gastos de serviços compartilhados entre as empresas e partes relacionadas, os quais possuem vencimentos definidos dentro do prazo de doze meses. Os saldos com partes relacionadas no não circulante não têm prazo de vencimento definido, as quais são realizadas conforme condições negociadas entre as partes.
- (ii) O saldo refere-se à remuneração do diretor durante o período de 2023, é parte de contrato de trabalho regime CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), onde seguem todas as prerrogativas legais de remuneração e benefícios.

29 Eventos subsequentes

Os administradores declaram a existência de uma captação de empréstimo, no montante de R\$ 30.000, que é uma cédula de produtor rural com vencimento final em junho de 2028.

30 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Empresa, saldos em poder de banco e aplicações financeiras de curto prazo.

b. Direito de uso e passivo de arrendamentos

	2023	2022
Adições do imobilizado	(44.559)	(34.596)
Efeito não caixa	13.180	1.318
Efeito caixa	(31.379)	(33.278)

* * *

Composição da Administração

Claudio Massayuki Takao
Diretor Administrativo Financeiro e Recursos Humanos

Eduardo Henrique Rodrigues
Contador CRC 270473/O-3